



Número: **0819658-72.2015.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **28/08/2015**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE ALEXANDRE SOBRINHO (AUTOR)		LIDIANI MARTINS NUNES (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
1897415	28/08/2015 12:23	Petição Inicial	Petição Inicial
1897423	28/08/2015 12:23	JOSE ALEXANDRE - petição inicial	Outros Documentos
1897432	28/08/2015 12:23	JOSE ALEXANDRE - procuração	Outros Documentos
1897441	28/08/2015 12:23	JOSE ALEXANDRE - justiça gratuita	Outros Documentos
1897460	28/08/2015 12:23	JOSE ALEXANDRE - identificação	Outros Documentos
1897466	28/08/2015 12:23	JOSE ALEXANDRE - atendimento hospitalar	Outros Documentos
1897486	28/08/2015 12:23	JOSE ALEXANDRE - bo	Outros Documentos
1897492	28/08/2015 12:23	JOSE ALEXANDRE - iml	Outros Documentos
1897526	28/08/2015 12:23	JOSE ALEXANDRE - movimentação do processo do juizado especial	Outros Documentos
1959235	09/09/2015 17:43	Despacho	Despacho
2563975	03/12/2015 18:02	Expediente	Expediente
2781127	21/01/2016 18:33	Outros Documentos	Outros Documentos
2781142	21/01/2016 18:33	JOSE ALEXANDRE - requerimento de juntada	Outros Documentos
2781150	21/01/2016 18:33	JOSE ALEXANDRE - copia da sentença de extinção do processo do juizado de n 200	Outros Documentos
2781168	21/01/2016 18:33	JOSE ALEXANDRE - petição informando que não existia necessidade de perícia visto que o laudo do iml	Outros Documentos
2781174	21/01/2016 18:33	JOSE ALEXANDRE - iml devidamente graduado	Outros Documentos
2781210	21/01/2016 18:39	Petição	Petição
2781215	21/01/2016 18:39	JOSE ALEXANDRE SOBRINHO - REQUER A CITAÇÃO	Outros Documentos
4127328	22/06/2016 15:07	Despacho	Despacho

72855 04	05/04/2017 14:06	Mandado	Mandado
72855 05	05/04/2017 14:06	Expediente	Expediente
73375 64	10/04/2017 09:08	Diligência	Diligência
73375 69	10/04/2017 09:08	NOBRE	Devolução de Mandado
76774 58	05/05/2017 12:13	Termo de Audiência	Termo de Audiência
76776 50	05/05/2017 12:13	TERMO	Termo de Audiência
80316 97	29/05/2017 16:19	Petição	Petição
80317 37	29/05/2017 16:19	JOSÉ ALEXANDRE SOBRIMHO - REQUER ALTERAÇÃO DO POLO PASSIVO	Outros Documentos
91576 80	25/10/2017 17:22	Despacho	Despacho
15560 731	25/07/2018 18:36	Certidão	Certidão
15560 771	25/07/2018 18:38	Expediente	Expediente
17799 810	14/11/2018 18:19	Certidão	Certidão
17799 822	14/11/2018 18:19	Laudo Jose Alexandre sobronho	Laudo Pericial
17907 477	21/11/2018 17:49	Documento de Comprovação	Documento de Comprovação
17907 565	21/11/2018 17:49	jose alexandre sobrinho - manifestação sobre o laudo	Outros Documentos
22970 632	31/07/2019 16:02	Despacho	Despacho
24551 475	18/09/2019 18:20	Expediente	Expediente
24551 476	18/09/2019 18:20	Mandado	Mandado
25184 036	10/10/2019 09:22	Devolução de Mandado	Devolução de Mandado
25184 042	10/10/2019 09:22	mapfre 081965872	Devolução de Mandado

anexo



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DA
____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA - PB**

JOSE ALEXANDRE SOBRINHO, brasileiro(a), divorciado, taxita, sob CPF nº 206.362.534-49, podendo ser intimado(a) na(o) Rua Antonio Alves Da Silva, no. 91, Renato Ribeiro, Sapé/PB, por meio de sua advogada e procuradora infra-assinada e legalmente constituída nos termos do instrumento procuratório incluso, podendo receber intimações na Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 15 Centro, João Pessoa - PB, vem mui respeitosamente a prima face solicitar o benefício da justiça gratuita, com base na lei nº 1060/50 e ato contínuo, propor a presente AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT, POR INVALIDEZ PERMANENTE E DEFINITIVA - INVALIDEZ, em face da NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A, pessoa jurídica de direito privado, com endereço na Avenida Sinésio Guimarães, nº 301, Salas 03 a 05, Torre, João Pessoa/PB, CNPJ nº 85.031.334/0001-85, ancorado nas Leis n.º 6.194/74 e n.º 11.945/2009 e demais disposições à matéria pertinentes, pelos motivos fáticos e jurídicos que a seguir passa a expor.

PRELIMINARMENTE**I - DA GRATUIDADE JUDICIAL - REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE PROCESSUAL (LEI N. 1060/50 , LEI N.º 7.115/1983 E ART.5º, LXXIV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL QUE VERSA SOBRE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA):**

Se faz sabido que a litigância judicial decorre da necessidade da satisfação da composição de uma lide por um pronunciamento do poder julgador, que pode ser contra ou favorável às pretensões do(a) promovente. Assim, nos casos em que o litigante é "hipossuficiente", ou seja, "pobre na forma da lei", quando se percebe uma remuneração mensal insuficiente para arcar com as despesas processuais sem se privar do necessário à sua subsistência, é



imperativo legal que se garanta a assistência judiciária gratuita, mesmo não sendo defendido por Defensor Público, até porque quem ingressa em juízo o faz através de um advogado de sua inteira confiança. Portanto, à luz do que dispõe a lei nº. 1.060/50, aduz o art. 4º, que: "A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio ou de sua família".

Nesse norte, a parte promovente faz jus à concessão da Justiça gratuita, haja vista não possuir rendimentos suficientes para arcar com as custas processuais e demais despesas sem comprometer o sustento próprio e de sua família.

O direito do(a) requerente encontra guarida no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, na Lei 1.060/50 (Lei de Assistência Judiciária Gratuita), no art. 5º, I, do Código de Defesa do Consumidor, bem como nas jurisprudências dos tribunais superiores, a exemplo da que se segue:

"PROCESSUAL CIVIL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DO INTERESSADO. CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO. IMPUGNAÇÃO REJEITADA. 1. Para a concessão do benefício da gratuidade de justiça é suficiente a declaração da parte no sentido de que não dispõe de condições financeiras para arcar com as despesas do processo, sem comprometer o sustento próprio e de sua família. 2. A constituição de advogado particular não se traduz em presunção de riqueza nem é incompatível com o deferimento de pedido de gratuidade judicial. 3. Recurso não provido. (20080110926130APC, Relator JOÃO MARIO SA, 3ª Turma Cível, julgado em 01/07/2009, DJ 17/07/2009 p. 18)."

Para tanto, e com fundamentação nos diplomas legais anteriormente expostos, o autor requer, desde já, os benefícios da gratuidade judiciária.

II - DOS FATOS :

A parte autora foi vítima de acidente de trânsito, no dia 12/09/2010, acidente de trânsito, que inicialmente a parte autora ajuizou ação no 1º JEC, sob o número 200.2011.971.8571, extinto sem julgamento de mérito, tendo em vista que o laudo do IML não estava graduado, processo esse arquivado em data de 24/07/2015, acidente de trânsito de sequelas graves e expostas, vindo este a cair ao solo, conforme Boletim de Ocorrência Policial em anexo.

Foi a vítima socorrida e teve atendimento hospitalar no HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA, em João Pessoa/PB, sendo submetido(a) a



procedimentos médicos. O tratamento médico não foi capaz de restabelecer a normalidade física da vítima, resultando em **DEBILIDADE PERMANENTE E DEFINITIVA - INVALIDEZ**, conforme atestam os laudos médicos, prontuários hospitalares e laudo traumatológico, todos à colação.

Assim, não restou alternativa a(o) demandante, senão pleitear a justa indenização a ele(a) devida, no que tange ao seguro obrigatório DPVAT, em razão da invalidez permanente que ora lhe acobertara, em total consonância às Leis n.º 6.194/74 e n.º 11.945/2009. Munido(a) da documentação necessária, vem pleitear da empresa promovida, por ser integrante do consórcio de seguradoras que operam o seguro DPVAT, o pagamento da indenização acima referida, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

III - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

DO SEGURO DPVAT (LEI N.º 6.194/74 E LEI N. 11.945/09):

O seguro obrigatório DPVAT, instituído pela Lei n.º 6.194/74 tem por finalidade dar cobertura a danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Considerando os dispositivos legais vigentes, com o disposto no inciso II do Art. 3º da Lei n.º 6.194/74, o(a) promovente faz jus ao benefício do Seguro Obrigatório DPVAT no valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), em razão da invalidez permanente que acometeu a vítima de acidente de trânsito, senão vejamos:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

[...]

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei n.º 11.482, de 2007).

[...]

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei n.º 11.945, de 2009).



I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

O art. 5º da lei n. 6.194/74 estabelece que a indenização será paga mediante simples comprovação do acidente e do dano decorrente, senão vejamos:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

[...]

§ 5o O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais. (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).

De início, cumpre destacar que atualmente as VERBAS SECURITÁRIAS - (DPVAT) são regidas pela Lei n.º 11.945/2009, frente processo formal no legislativo da Lei n. 6.194/74, que foi modificada, advindo de Medida Provisória. Ao analisar a MP n. 451/2008. Nesse norte, as indenizações securitárias, que antes eram arbitradas em 40 (quarenta) salários mínimos, fora modificada em 31/05/2007, para um valor fixo de R\$ 13.500,00 (Treze Mil e Quinhentos Reais), e posteriormente, sofrendo nova modificação, passando a ser adotado o mencionado percentual, sobre o valor da lesão, em que mediante o grau da lesão e a sua área afetada, se resume em percentuais que versam sobre até 70% de uma invalidez parcial, ou a totalidade de até 100% de invalidez dita como total, em conformidade com a MP n. 340/06, MP n. 451/08, convertida na Lei n. 11.945/09;

IV - DO PEDIDO:

EX POSITIS, e pelo mais que dos autos consta, REQUER que se DIGNE VOSSA EXCELÊNCIA EM JULGAR O PEDIDO TOTALMENTE PROCEDENTE, declarando a inconstitucionalidade da Lei nº 11.945/09 condenando a seguradora promovida a pagar a parte autora, O SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - VERBA SECURITÁRIA, na quantia indenizatória equivalente à 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), á título de DPVAT POR DEBILIDADE PERMANENTE E DEFINITIVA - INVALIDEZ, monetariamente corrigidos, com fulcro no que dispõe a das Leis n.º 6.194/74 e n.º 11.945/2009, em sua redação original. Vez



que resta comprovado o acidente, bem como o dano decorrente, tudo de acordo com as balizas fixadas pela Doutrina e Jurisprudência pátria, ainda, com juros moratórios e correção monetária a partir do evento danoso, nos moldes da Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça. E no mais, requer:

AB INÍCIO, requer a realização da PERÍCIA JUDICIAL, para ser constatada a DEBILIDADE DA PARTE AUTORA;

1- Requer ainda seja à parte promovente concedido OS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA, tomando por base a Lei nº. 1.060/50, pois caso o presente pleito venha a ser apreciado em grau recursal, não terá o(a) promovente, condições de arcar com as custas e demais despesas processuais, além dos honorários advocatícios sucumbenciais da parte ex adversa, sem prejuízo próprio ou de sua família, por ser pobre nos termos da lei A concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, na Lei 1.060/50 (Lei de Assistência Judiciária Gratuita), ;

2- Pugna pela CITAÇÃO DA PROMOVIDA, no endereço supramencionado, constante da qualificação, por meio de carta com aviso de recebimento, nos termos da lei, com as advertências do art. 285 e as prerrogativas do art. 172, ambos do Código de Processo Civil, para querendo oferecer defesa no prazo legal, contestar o pedido da parte promovente, sob pena de não o fazendo, seja decretada a revelia e confissão tácita dos fatos narrados em sede de petição inicial;

3- Alega PROVAR OS FATOS POR TODOS OS MEIOS DE PROVA EM DIREITO ADMITIDOS, especialmente por meio de prova documental, por se tratar de matéria exclusivamente de direito;

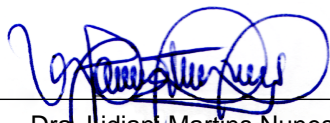
4- Pugna pela condenação da promovida em CUSTAS JUDICIAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS À RAZÃO HABITUAL DE 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, devidamente corrigidos, caso venha a ser utilizado o disposto na legislação;

5- Por fim, requer, ao trânsito em julgado do decisum, seja dado início ao processo de EXECUÇÃO, INDEPENDENTE DE NOVA CITAÇÃO, em não havendo cumprimento da obrigação naquele referido, conforme preceitua a legislação.

Dá-se à causa, o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para efeitos meramente fiscais.



Termos em que,
Pede deferimento.



Dra. Lidiani Martins Nunes
OAB no. 10244/PB

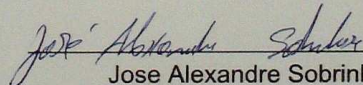


PROCURAÇÃO AD JUDICIA

Outorgante: JOSE ALEXANDRE SOBRINHO, brasileiro(a), divorciado, inscrito(a) no CPF sob o no. 206.362.534-49, residente na Rua Antonio Alves Da Silva, no. 91, Renato Ribeiro, sapé/, vem constituir como advogada a Dra. LIDIANI MARTINS NUNES, OAB no. 10244/PB, com escritório localizado na Av. João Luis Ribeiro de Moraes, no. 15, João Pessoa/PB, fone: (83) 3241-1843.

PODERES: Pelo presente instrumento particular que assino, nomeio e constituo como bastante procuradora, a outorgada supra qualificada, outorgando-lhe plenos e especiais poderes, incluindo os das cláusulas extra e ad judicia para representar a outorgante em quaisquer instâncias, Juízos ou Tribunais, repartições e órgãos da Administração Pública direta ou indireta, Federal, dos Estados ou dos Municípios, podendo praticar, conjunta ou separadamente, todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive, propor quaisquer ações, defender nas que forem propostas, recorrer em qualquer Instância ou Tribunal, podendo, ainda, firmar os documentos necessários, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso, substabelecer a presente no todo, ou em parte, com ou sem reserva de poderes e todos os demais poderes necessários para o bom e fiel cumprimento deste mandato, confessar, reconhecer a procedência do pedido, podendo inclusive a outorgada receber alvará nominal a(o) outorgante, e praticar todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato. Desde já fixo HONORÁRIOS CONTRATUAIS de 30% (Trinta por cento), independente dos sucumbenciais. E desde já autorizo a expedir alvará judicial de honorários contratuais separados, nos próprios autos do processo judicial.

João Pessoa, 11 de Fevereiro de 2014

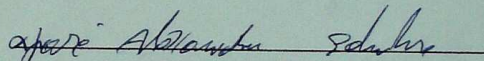

Jose Alexandre Sobrinho



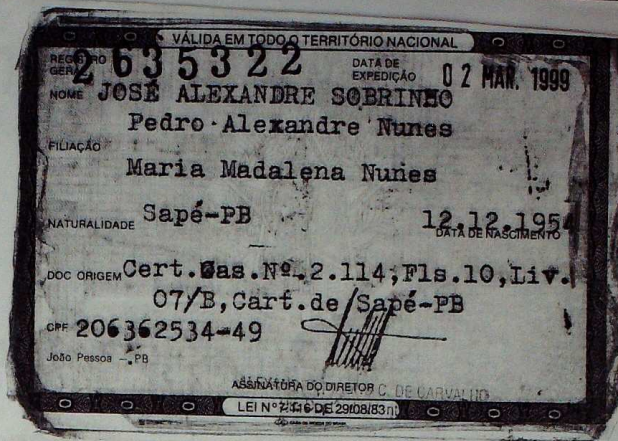
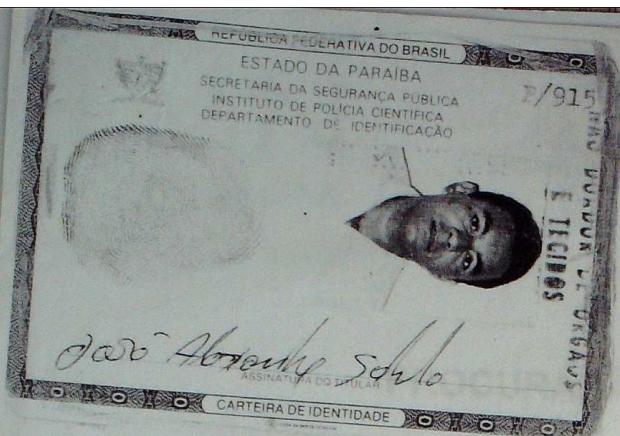
DECLARAÇÃO DE JUSTIÇA GRATUITA

Eu, JOSE ALEXANDRE SOBRINHO, portador(a) do CPF 206.362.534-49, não podendo arcar com as despesas e custas judiciais sem prejuízo do meu sustendo, solicito o benefício da Justiça Gratuita com base na Lei n.º 1060/50.

João Pessoa, 11 de Fevereiro de 2014


Jose Alexandre Sobrinho





João Pessoa, 11 de Fevereiro de 2014





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIREÇÃO TÉCNICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE Jose Alexandre Sobrinho
DATA DE NASCIMENTO 12/12/54
NOME DA MÃE Maria Madalena Nunes

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º 474294
DATA DO ATENDIMENTO 12/09/10
HORA DO ATENDIMENTO 20:36
MOTIVO DO ATENDIMENTO Acidente de 4 automóvel
DIAGNÓSTICO (S) Contusão cotovelo direito
CID 10 S50.0

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste Serviço, vítima de acidente de automóvel, apresentando trauma em cotovelo esquerdo com limitação de movimentos. Avaliado pela Traumatologia.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX cotovelo esquerdo

RESULTADOS DOS EXAMES:

Sem anormalidades

TRATAMENTO:

1º atendimento + tala axilo-palmar

ALTA HOSPITALAR: 12/09/10
DATA DA EMISSÃO: 16/11/10

Dr. Juan Jaime Alcoba Arce
CRM: 3323/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



4º TABELIONATO DE NOTAS
RUA RODRIGUES DE AGUIAR, 59
CENTRO - JOÃO PESSOA - PB
FONE/FAX (83) 322-33478 / 3241-9439
travassos@travassos.com.br

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé.
João Pessoa-PB, 18/05/2012. [2012-0021863]

ANEXO 1897466 - LAUDO 15 20 1017
LIDIANI MARTINS NUNES 28/08/15





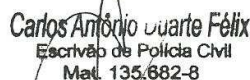
GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
GERÊNCIA EXECUTIVA DE POLÍCIA CIVIL METROPOLITANA
DELEGACIA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS DA CAPITAL
Praça Firmino da Silveira, S/N, Varadouro – CEP. 58.010-170 – Fone. (83) 3218-5334

BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 881/2012.

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, nesta cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na Delegacia de Acidentes de Veículos da Capital, sob a responsabilidade do Delegado de Polícia Heleno de Souza Moreira Filho, comigo escrivão de seu cargo, ao final assinado, aí por volta das 11:20h, compareceu o (a) Senhor (a): **JOSÉ ALEXANDRE SOBRINHO**, brasileiro, natural de Sapé/PB, Divorciado, com 57 anos de idade, Motorista, Alfabetizado, filho de Pedro Alexandre Nunes e de Maria Madalena Nunes, RG. 2.635.322-SSP/PB, residente na Quadra 379, Lote 85, Valentina de Figueiredo II, nesta capital, o (a) qual notificou o seguinte: QUE, no dia 12/09/10, por volta das 18:00h, quando conduzia o veículo de marca VW/PARATI, cor branca, ano 1996, de placa MMR-5746/PB, chassi nº 9BWZZZ379TT076401, pela BR-230, na cidade de Boqueirão/PB, após ter sido atingido por outro veículo, o notificante sofreu contusão do cotovelo direito, sendo socorrido para o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, onde se submeteu a procedimentos médicos. Por este motivo notificou o fato. O referido é verdade, dou fé.

João Pessoa (PB), 18 de maio de 2012.


Notificante


Carlos Antônio Duarte Félix
Escrivão de Polícia Civil
Mat. 135.682-8

Escrivão



Assinado eletronicamente por: LIDIANI MARTINS NUNES - 28/08/2015 12:22:44



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE MEDICINA LEGAL
GERÊNCIA EXECUTIVA DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL



C: 383611 Laudo nº: 77511211

LAUDO TRAUMATOLÓGICO
Ferimento ou ofensa física

Data do exame: 30/12/2011

Órgão Requisitante: DAV. nº da Solicitação: 2531/2011 Autoridade Solicitante: Gilson Fernandes de Brito. Nome: JOSÉ ALEXANDRE SOBRINHO, 57 anos. filho(a) de: Pedro Alexandre Nunes e de: Maria Madalena Nunes. Sexo: Masculino Estado civil: Casado(a). Nacionalidade: Brasileira. Natural de: Sapé. Profissão: Motorista.

HISTÓRICO: Vítima de acidente de trânsito por volta das 16:00 h no dia 12/09/10 na BR 230, Km 103,5, Campina Grande/PB.

DESCRIÇÃO: O examinado apresenta atrofia da musculatura do membro superior esquerdo com limitação dos movimentos do cotovelo e diminuição da força do membro e segundo laudo médico o mesmo foi atendido vítima de acidente de trânsito com traumatismo do cotovelo esquerdo.

QUESITOS:

- 1º Há ferimento ou ofensa física? SIM.
- 2º Qual o meio que o ocasionou? AÇÃO CONTUNDENTE.
- 3º Houve perigo de vida? NÃO
- 4º Resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função? SIM, DEBILIDADE EM GRAU MÍNIMO DA FUNÇÃO DO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO.
- 5º Resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias? SIM, POR TRAUMA DO COTOVELO.
- 6º Provocou aceleração de parto? PREJUDICADO
- 7º Resultou perda ou inutilização de membro, sentido ou função? NÃO.
- 8º Originou incapacidade permanente para o trabalho ou enfermidade incurável? NÃO.
- 9º Resultou deformidade permanente? NÃO.
- 10º Provocou aborto? PREJUDICADO.

Dr(a). Delfim Soares de Andrade Junior
Perito Oficial Médico-Legal
Mns075/821-3 CRM 2205/PB



Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fe.
João Pessoa-PB, 18/05/2012. [2012-0021865]

Assinado eletronicamente por: LIDIANI MARTINS NUNES em 28/08/2015 12:22:47



Visualizar agenda de expediente

Voltar

Dados do Processo

Navegar pelo
Processo

Número CNJ	3046167-61.2011.815.2001		
Número do Processo	200.2011.971.857-1 (1360 dias em tramitação)		
Data de Distribuição	1 de Novembro de 2011 às 23:13:59		
Juízo	1º Juizado Especial Cível da Capital		
Processo Principal	O Próprio		
Classe Processual	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	Fase Processual	CONHECIMENTO
Assunto			
Segredo de Justiça	NÃO	Prioridade	NORMAL
Situação	NÃO CADASTRADA	Objeto	OBJETO NAO CADASTRADO
Valor da Causa	R\$ 20.400,00	Último Evento	Arquivamento
Petição/ Analisar	0 Petição(ões)	Prazos Para certificar em Vara	0 Intimação (ões) 0 Cumprimento (s) do Cartório
Processos Dependentes	Sem processos.	Processos Apenso	Sem processos.

Promovente(s)

Nome	Identidade	CPF/CNPJ	Receber Citações/Intimações online	Endereço/Filiação
JOSE ALEXANDRE SOBRINHO		206.362.534-49	Não / Não	Mostrar/Ocultar

Promovido(s)

Nome	Identidade	CPF/CNPJ	Receber Citações/Intimações online	Endereço/Filiação
SEGURADORA NOBRE SA		Não cadastrado	Não / Não	Mostrar/Ocultar

Advogado(s)

PARTE(S)	OBS	ADVOGADO(S)
JOSE ALEXANDRE SOBRINHO		OAB: 10244-PB LIDIANI MARTINS NUNES
SEGURADORA NOBRE SA		OAB: 20111A-PB SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE

Movimentações

Nº	Eventos do Processo	Data	Arquivos
148	Arquivamento	24/07/15 11:33	
	Ato ordinatório		Movimentação sem arquivos.

<https://ejus.tjpb.jus.br/projudi/listagens/DadosProcesso?numeroProcesso=2002011971...> 28/8/2015





Poder Judiciário da Paraíba
7ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7) 0819658-72.2015.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Vê-se, em uma simples análise dos autos, que a exordial não preenche os requisitos exigidos no art. 282, inc. VI do CPC, pois deixou de juntar cópia da sentença que determinou o arquivamento do processo no juizado especial, em razão da sua extinção sem julgamento do mérito, documento indispensável a pretensão do autor.

Assim, com amparo no art. 284, do código processual civil **DETERMINO** que à parte autora emende a inicial no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, por inépcia.

Intime-se.

JOÃO PESSOA, 8 de setembro de 2015.

JOSÉ CÉLIO DE LACERDA SÁ - Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
7ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7) 0819658-72.2015.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Vê-se, em uma simples análise dos autos, que a exordial não preenche os requisitos exigidos no art. 282, inc. VI do CPC, pois deixou de juntar cópia da sentença que determinou o arquivamento do processo no juizado especial, em razão da sua extinção sem julgamento do mérito, documento indispensável a pretensão do autor.

Assim, com amparo no art. 284, do código processual civil **DETERMINO** que à parte autora emende a inicial no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, por inépcia.

Intime-se.

JOÃO PESSOA, 8 de setembro de 2015.

JOSÉ CÉLIO DE LACERDA SÁ - Juiz(a) de Direito



anexo



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A)
DO(A) 7A. VARA CIVEL DE JOÃO PESSOA - PB**


Processo de no. 0819658-72.2015.8.15.2001

JOSE ALEXANDRE SOBRINHO, devidamente qualificado(a), nos autos da **Ação de DPVAT**, sob o número **0819658-72.2015.8.15.2001**, por intermédio de seu advogado(a) e bastante procurador(a), vem mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, **REQUERER:**

a JUNTADA da sentença de extinção do juizado, e ato contínuo junto por oportuno o laudo juntado da perícia nos autos do processo do juizado pelo IML devidamente graduado, em que o juiz leigo por erro não observou as provas dos autos designou pericia para graduar a lesão, sem a intimação pessoal do autor o que ensejou na sentença de extinção. Imperioso mencionar que o laudo do IML juntado naquela oportunidade já se encontrava graduado em GRAU MÍNIMO e mesmo assim, por erro o juiz LEIGO sem, observar as provas dos autos designou pericia para graduar o que já se encontrava periciado e devidamente graduado pelo iml

Termos em que pede deferimento.

João Pessoa, 21 de Janeiro de 2016


LIDIANI MARTINS NUNES
OAB NO. 10244/PB





PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
1º Juizado Especial Cível da Comarca da Capital

PROCESSO Nº 200.2011.971.857-1

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT

DEMANDANTE: JOSE ALEXANDRE SOBRINHO

DEMANDADO: SEGURADORA NOBRE SA

SENTENÇA

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER. DEMANDANTE QUE ABANDONA A CAUSA POR MAIS DE 30 (TRINTA) DIAS. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. INTELIGÊNCIA DO ART. 267, III, CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL c/c o art. 51, § 1º, da Lei 9099/95.

I - RELATÓRIO

Relatório dispensado (Lei 9.099/95, art. 38, caput).

II – FUNDAMENTAÇÃO

1. DO MÉRITO

No presente caso, foi determinada a realização de laudo complementar (evento 67). No entanto, deixou a parte autora de comparecer ao IML para realização do exame, conforme ofício remetido pelo DML (evento 91).

É imperiosa a extinção do feito, sem apreciação do seu mérito, quando o autor intimado não promove as diligências que lhe compete para o prosseguimento da ação.

No processo em tela, o demandante deixou de cumprir diligências determinada pelo juízo.

O artigo 267, III, da Lei Adjetiva Civil, c/c o art. 51, § 1º, da Lei 9099/95 estão assim redigidos: .

Arquivo assinado em, 24/02/14 19:37 por:
JOSE WALLACE LINS DE OLIVEIRA pág. 1 / 2



Art. 267 - Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito:

III - quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;

ART. 51, § 1º: A extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes.

Ora, não é outro o caso dos autos. O demandante, incumbido pelo Juízo de diligência, não cumpriu o determinado, abandonando a causa por mais de 30 (trinta) dias.

III – DISPOSITIVO

ISTO POSTO, decido:

a) Extinguir o presente feito, fazendo-o a teor do art. 267, III, do Código de Processo Civil c/c o art. 51, § 1º, da Lei 9099/95;

b) Sem custas e verba honorária (LJE, art. 55).

A presente decisão será submetida ao Juiz togado nos termos do art. 40 da Lei nº 9.099/95.

Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

João Pessoa, 24 de fevereiro de 2014.



JOSÉ WALLACE LINS DE OLIVEIRA

JUIZ LEIGO

Arquivo assinado em, 24/02/14 19:37 por:
JOSE WALLACE LINS DE OLIVEIRA pág. 2 / 2



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DA TURMA
RECURSAL - PB****Processo de no. 3046167-61.2011.8.15.2001**

JOSE ALEXANDRE SOBRINHO, devidamente qualificado(a), nos autos da Ação de DPVAT, sob o número 3046167-61.2011.8.15.2001, por intermédio de sua advogada e bastante procuradora, vem mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, REQUERER a RECONSIDERAÇÃO DO JULGADO para dar PROVIMENTO ao RECURSO DE APELAÇÃO da PARTE AUTORA, uma vez que ilustre julgador o LAUDO DO IML (Ev. 12) desde o INICIO SE ENCONTRA COM GRADUAÇÃO MÍNIMA DO MEMBRO, sendo assim, desnecessário se faz qualquer determinação da perícia, que o juiz de 1º GRAU, não OBSERVANDO QUE O PRÓPRIO LAUDO DO IML SE ENCONTRA GRADUADO determinou a realização da perícia, sem intimação da parte autora. Sendo assim, com fulcro na Lei 9099/95, interpõe, neste momento EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA QUE A TURMA RECURSAL CHAME O FEITO A ORDEM, RECONHEÇA QUE O LAUDO TRAUMATOLÓGICO DO IML NO EVENTO 12, JÁ SE ENCONTRA devidamente graduado, DETERMINANDO A remessa dos autos para a instância de 1º GRAU para PROLATAR SENTENÇA, uma vez que em MOMENTO ALGUM NOS AUTOS HOUVE ABANDONO DE CAUSA, tanto que por duas vezes nos EVENTOS 85 e 96, a ADVOGADA PEDIU O JULGAMENTO DA LIDE, EMBORA O JUIZ MONOCRÁTICO NÃO TENHA PERCEBIDO QUE O LAUDO JÁ SE ENCONTRA DEVIDAMENTE GRADUADO.

Termos em que,
Pede deferimento.

Dra. Lidiani Martins Nunes

Arquivo assinado em, 12/02/15 17:18 por:
LIDIANI MARTINS NUNES pág. 1 / 2



OAB no. 10244/PB

Arquivo assinado em, 12/02/15 17:18 por:
LIDIANI MARTINS NUNES pág. 2 / 2





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE MEDICINA LEGAL
GERÊNCIA EXECUTIVA DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL



C: 383611 Laudo nº: 77511211

LAUDO TRAUMATOLÓGICO
Ferimento ou ofensa física

Data do exame: 30/12/2011

Órgão Requisitante: DAV. nº da Solicitação: 2531/2011 Autoridade Solicitante: Gilson Fernandes de Brito. Nome: JOSÉ ALEXANDRE SOBRINHO, 57 anos. filho(a) de: Pedro Alexandre Nunes e de: Maria Madalena Nunes. Sexo: Masculino Estado civil: Casado(a). Nacionalidade: Brasileira. Natural de: Sapé. Profissão: Motorista.

HISTÓRICO: Vítima de acidente de trânsito por volta das 16:00 h no dia 12/09/10 na BR 230, Km 103,5, Campina Grande/PB.

DESCRIÇÃO: O examinado apresenta atrofia da musculatura do membro superior esquerdo com limitação dos movimentos do cotovelo e diminuição da força do membro e segundo laudo médico o mesmo foi atendido vítima de acidente de trânsito com traumatismo do cotovelo esquerdo.

QUESITOS:

- 1º Há ferimento ou ofensa física? SIM.
- 2º Qual o meio que o ocasionou? AÇÃO CONTUNDENTE.
- 3º Houve perigo de vida? NÃO
- 4º Resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função? SIM, DEBILIDADE EM GRAU MÍNIMO DA FUNÇÃO DO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO.
- 5º Resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias? SIM, POR TRAUMA DO COTOVELO.
- 6º Provocou aceleração de parto? PREJUDICADO
- 7º Resultou perda ou inutilização de membro, sentido ou função? NÃO.
- 8º Originou incapacidade permanente para o trabalho ou enfermidade incurável? NÃO.
- 9º Resultou deformidade permanente? NÃO.
- 10º Provocou aborto? PREJUDICADO.

Dr(a). Delfim Soares de Andrade Junior
Perito Oficial Médico-Legal
Mns075/821-3 CRM 2205/PB



Cartório
TABELIONATO DE NOTAS
RUA RODRIGUES DE AQUINO, 38
CENTRO - JOÃO PESSOA - PB
FAX (83) 3221-2478 / 3241-9939
travassos@uol.com.br
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fe.
João Pessoa-PB, 18/05/2012. [2012-0021865]

Assinado eletronicamente por: LIDIANI MARTINS NUNES em 21/01/2016 18:33:43



ANEXO



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A)
DO(A) 7A. VARA CIVEL DE JOÃO PESSOA - PB**


Processo de no. 0819658-72.2015.8.15.2001

JOSE ALEXANDRE SOBRINHO, devidamente qualificado(a), nos autos da **Ação de DPVAT**, sob o número **0819658-72.2015.8.15.2001**, por intermédio de seu advogado(a) e bastante procurador(a), vem mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, **REQUERER:**

que determine a **CITAÇÃO** da parte promovida, através do **NOVO ENDEREÇO** que desde já passo a informar: **RUA JOAQUIM TORRES, n.º 244, TORRE, JOÃO PESSOA/PB**, e incontinentemente desde já solicita que seja designado audiência conciliatória

Termos em que pede deferimento.

João Pessoa, 21 de Janeiro de 2016


LIDIANI MARTINS NUNES
OAB NO. 10244/PB





Poder Judiciário da Paraíba
7ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0819658-72.2015.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro o pedido do evento n. 2781215

1. Nos termos do art. 334 do NCPC, designo audiência de conciliação/mediação para o dia ____/____/____, às horas, intimações e diligências necessárias;
2. Intimem-se as partes, com antecedência mínima de 20 dias.;
3. Intime-se o autor para comparecimento, na pessoa de seu advogado, art. 334, § 3º, do NCPC;
4. Consigne-se que o não comparecimento injustificado das partes à audiência de conciliação é considerando ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revestida em favor da União ou Estado, nos moldes do art. 334, § 8º, do NCPC.

CUMPRA-SE.

João Pessoa, 16 de junho de 2016

José Célio de Lacerda Sá – Juiz de Direito.







ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
Centro Judiciário II de Solução de Conflitos e Cidadania das Varas Cíveis da Comarca da Capital

PROCESSO Nº 0819658-72.2015.8.15.2001
PROCEDIMENTO COMUM (7)
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: JOSE ALEXANDRE SOBRINHO
RÉU: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO (RÉU)

De ordem do MM. Juiz de Direito da Centro Judiciário II de Solução de Conflitos e Cidadania das Varas Cíveis da Comarca da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte, Nome: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A Endereço: Avenida Sinésio Guimaraes, 301, sls 03 a 05, Torre, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 5 8 0 0 0 - 0 0 0 para comparecer a audiência de conciliação, no endereço supra em Tipo: Conciliação Sala: SALA 03 Data: 26/04/2017 Hora: 13:20 . Não havendo acordo, poderá oferecer defesa e produzir provas. Ficando advertido que, não sendo contestada a ação presumir-se-ão aceitos como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, constantes da inicial cuja cópia segue em anexo. no 7º Andar do fórum cível da capital

, em 5 de abril de 2017.

MARIA DE LOURDES GONDIM

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

15082812162176300000001883283



Intimo o AUTOR(a) através do seu advogado (a) para comparecer a audiência de Conciliação a ser realizada no dia 26/04/ 2017 as 13:20 horas no Centro de Conciliação Cível no 7ª Andar do Fórum Cível da Capital.



CERTIDÃO

Certifico e dou fé que em cumprimento ao mandado retro, no dia 07/04/2017, me dirigi ao endereço constante neste mandado, às 14h45min, e aí sendo, **DEIXEI DE CITAR/INTIMAR NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A**, em face desta empresa **ter se mudado para lugar incerto e não sabido**, segundo informou a Sra. Suênia, funcionária da Empresa Garantia Seguros que funciona naquele endereço atualmente. O referido é verdade. Dou fé.

João Pessoa, 07 de abril de 2017.

JASON ASSIS CARLOS PEREIRA SALDANHA

Oficial de Justiça

Mat. 471.823-2





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
Centro Judiciário II de Solução de Conflitos e Cidadania das Varas Cíveis da Comarca da Capital

PROCESSO Nº 0819658-72.2015.8.15.2001
PROCEDIMENTO COMUM (7)
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: JOSE ALEXANDRE SOBRINHO
RÉU: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO (RÉU)

De ordem do MM. Juiz de Direito da Centro Judiciário II de Solução de Conflitos e Cidadania das Varas Cíveis da Comarca da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte ,

Nome: **NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A** - *MUJov-58*

Endereço: Avenida Sinésio Guimaraes, 301, sls 03 a 05, Torre, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58000-000

para comparecer a audiência de conciliação, no endereço supra em Tipo: Conciliação Sala: SALA 03 Data: 26/04/2017 Hora: 13:20 . Não havendo acordo, poderá oferecer defesa e produzir provas. Ficando advertido que, não sendo contestada a ação presumir-se-ão aceitos como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, constantes da inicial cuja cópia segue em anexo. no 7º Andar do fórum cível da capital

, em 5 de abril de 2017.

MARIA DE LOURDES GONDIM

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 15082812162176300000001883283



Assinado eletronicamente por: MARIA DE LOURDES GONDIM
<http://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
ID do documento: 7285504



17040514063295700000007143806

SUENIA - FUNCIONÁRIA DA EMPRESA GARANTIA SEGURANÇA



CERTIDÃO

Certifico e dou fé que em cumprimento ao mandado retro, no dia 07/04/2017, me dirigi ao endereço constante neste mandado, às 14h45min, e aí sendo, **DEIXEI DE CITAR/INTIMAR NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A**, em face desta empresa **ter se mudado para lugar incerto e não sabido**, segundo informou a Sra. Suênia, funcionária da Empresa Garantia Seguros que funciona naquele endereço atualmente. O referido é verdade. Dou fé.

João Pessoa, 07 de abril de 2017.

JASON ASSIS CARLOS PEREIRA SALDANHA
Oficial de Justiça
Mat. 471.823-2



termo de audiencia





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
FORUM CÍVEL DA CAPITAL
CENTRO DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO CÍVEL
Av. João Machado, s/n, Centro, João Pessoa – PB. Telefone: 3208-2532

PROCESSO: 081.9658.72.2015.815.2001

VARA DE ORIGEM: 7ª VARA CÍVEL

AUTOR: JOSE ALEXANDRE SOBRINHO

REU: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A

PRESENTES À AUDIÊNCIA

AUTOR(A): JOSE ALEXANDRE SOBRINHO

ADVOGADO(A) DO AUTOR(A): LIDIANI MARTINS NUNES OAB PB10244

AUSENTES À AUDIÊNCIA

RÉU: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Aos 26 de abril de 2017, às 13 h: 20 min, foi aberta audiência de tentativa de conciliação, porém à ausência da parte RÉ, restou infrutífera a tentativa de conciliação.

E nada mais havendo a tratar, encerra-se o presente termo, que lido e achado conforme, retorna para Vara de origem devidamente assinado pelos presentes.

João Pessoa, em 26 de abril de 2017.

x *Jose Alexandre Sobrinho*

AUTOR

Lidiani Martins Nunes 10244/PB

ADVOGADO DO AUTOR

Conciliador
CONCILIADOR/MEDIADOR



anexo



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A)
DO(A) 7A. VARA CIVEL DE JOÃO PESSOA - PB**


Processo de no. 0819658-72.2015.8.15.2001

JOSE ALEXANDRE SOBRINHO, devidamente qualificado(a), nos autos da **Ação de DPVAT**, sob o número **0819658-72.2015.8.15.2001**, por intermédio de seu advogado(a) e bastante procurador(a), vem mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, **REQUERER:**

Considerando que a [Seguradora Nobre](#) está em processo de liquidação extrajudicial, desde já, promovo a alteração do polo passivo da demanda, vez que o seguro obrigatório está submetido ao disposto no art. 7º, da Lei 6.194/74, que prevê expressamente a postulação frente a qualquer seguradora consorciada, assim, solicita a alteração do polo passivo para [MAPFRE VERA CRUZ PREVIDÊNCIA S/A, localizada na Av. Presidente Epitácio Pessoa, n.723, centro, João Pessoa/PB, Cnpj n.º 61.074.175/0082-01](#), ato contínuo, requer que seja designada a citação e audiência de conciliação.

Termos em que pede deferimento.

João Pessoa, 29 de Maio de 2017


LIDIANI MARTINS NUNES
OAB NO. 10244/PB





Poder Judiciário da Paraíba
7ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0819658-72.2015.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Considerando que não houve a efetivação da citação, bem como tratar-se o caso de solidariedade entre seguradoras, no caso de seguro DPVAT, defiro a substituição do polo passivo.

Considerando a impossibilidade de audiência na mediação por falta de perícia passo a decidir:

Nos termos do **Convênio n. 015/2014** celebrado entre o Tribunal de Justiça e a Mafre Seguros Gerais S/A, **determino a designação de audiência de conciliação entre as partes com a realização de perícia** a cargo da Seguradora, neste Juízo e Fórum Cível de João Pessoa.

Para tanto, determino a escrivania a nomeação perito judicial constante dos quadros do Tribunal de Justiça, nos termos da Cláusula primeira, item 1.2, que deverá ser intimado para comparecer a audiência e realização da perícia, ficando facultado às partes a indicação de assistentes de perito, nos termos do Convênio.

O valor da perícia será de R\$ 200,00 (duzentos reais), a ser pago pela Seguradora, no prazo de 15 dias, a partir da intimação e antes da audiência.

Consigne-se que o não comparecimento injustificado das partes à audiência de conciliação é considerando ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revestida em favor da União ou Estado, nos moldes do art. 334, § 8º, do NCPC.

P. e Intimem-se as partes, devendo o Advogado do autor comparecer acompanhado de seu constituinte.



JOÃO PESSOA, 24 de outubro de 2017.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número do **Processo:** **0819658-72.2015.8.15.2001**
Classe: **PROCEDIMENTO COMUM** (7)
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
Polo ativo: **AUTOR: JOSE ALEXANDRE SOBRINHO**
Polo passivo: **RÉU: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO**

CERTIDÃO

Certifico que Intimei o Perito Álvaro Vitorino de Pontes Júnior, CRM PB 5453, em cumprimento ao despacho do Juiz de Direito dos autos, fica *designada a perícia para o dia 14/09/2018, a partir das 15:00 horas, Rua Manoel Bezerra Cavalcante, 47, Manaíra* (Ponto de referencia em frente a praça Sílvio Porto), Fone: 83-3247 - 6465, CEP.: 58.038-500, João Pessoa - PB. O referido é verdade e dou fé.

JOÃO PESSOA, 25 de julho de 2018
MARIA JANDIRA UGULINO NETA



Intimação

Intimara parte autora através do seu o advogado para comparecer a pericia medica no dia 14/09/2018, a partir das 15:00 horas atendimento por ordem de chegada, a Rua Manoel Bezerra Cavalcante, 47, Manaíra(Ponto de referencia em frente a Praça Sílvio Porto), Fone: 83-3247 - 6465, CEP. 58.038-500, João Pessoa - PB





**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
7ª Vara Cível da Capital**

PROCESSO Nº 0819658-72.2015.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM (7)
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: JOSE ALEXANDRE SOBRINHO
RÉU: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO

CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do Laudo devolvido do perito, em anexo.

7ª Vara Cível da Capital-Pb, 14 de novembro de 2018.

MARIA JANDIRA UGULINO NETA

Técnico Judiciário



RECEBIMENTO

Em, 15/10/2018

17799822

EXM^o. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7^a VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA -
TJPB

PROCESSO: nº. 0819658-72.2015.815.2001

Reclamante: JOSE ALEXANDRE SOBRINHO

Reclamado: NOBRE SEGURADORA

ÁLVARO VITORINO DE PONTES JÚNIOR, brasileiro, casado, médico perito, com título de especialista pela AMB (Associação Médica Brasileira) em PERÍCIAS MÉDICAS, inscrito no CRM/PB sob o nº 5453, vem, com o devido respeito, participar à Vossa Excelência o laudo pericial do reclamante em epígrafe ao mesmo tempo que solicita o pagamento dos honorários periciais via depósito bancário em conta corrente do Banco do Brasil, agência 8632-0, conta corrente 111159-0, e informa que já contribui sobre o teto do INSS e do ISS.

Nestes termos,

Pede deferimento

João Pessoa, 14 de outubro de 2018



ÁLVARO VITORINO DE PONTES JÚNIOR

CRM/PB 5453



14 de outubro de 2018

PERÍCIA MÉDICA

PROCESSO: nº. 0819658-72.2015.815.2001

Reclamante: JOSE ALEXANDRE SOBRINHO

Reclamado: NOBRE SEGURADORA

Em 14 de setembro de 2018 compareceu ao consultório médico o Sr. JOSE ALEXANDRE SOBRINHO para realização da perícia médica, com laudo em formulário próprio anexo a este documento onde constatei:

- LIMITAÇÃO PARCIAL DOS MOVIMENTOS DO COTOVELO ESQUERDO DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO LEVANDO A PERDA PARCIAL INCOMPLETA DA MOBILIDADE DO COTOVELO ESQUERDO DA ORDEM DE 10% (RESIDUAL).

João Pessoa, 14 de outubro de 2018



ÁLVARO VITORINO DE PONTES JÚNIOR
CRM/PB 5453



PROCESSO Nº 0819658-72.2015.8.15.2001

**AVALIAÇÃO MÉDICA
PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE**

(Art. 31º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974)

Nome completo: JOÃO ALEXANDRE SOBRINHO PB-3635222
CPF: 206362534-49
Endereço completo: RUA POMBO CORUJIM, 186, CONJUNTO - GABO

Informações do acidente

Local: BR 230 PROXIMO A LATA DO BACALHAUS
Data do Acidente: 12/09/2010

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicados, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial nº 0819658-72.2015.8.15.2001, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 73 Vara Cível ou JEC da Comarca de JOÃO PESSOA

JOÃO PESSOA / PB, 14 setembro de 2018
João Alexandre Sobrinho
Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(regiões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)?

MEMBROS SUPERIORES BILATERAIS - CONJUNTO OMBROS.

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

DOE DOR NA LUMBAR LATERAL MOVIMENTOS DE ABRANGIDA
CONJUNTO COM ALMOFAS

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

—



PROCESSO Nº 0819658-77-2018-152001

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
- b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

LIMITAÇÃO: A MOBILIDADE CORPORAL DA VÍTIMA

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☒ Parcial

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima).

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico

Marque aqui o percentual

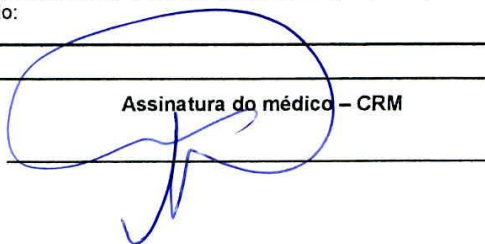
1ª Lesão	<input checked="" type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
3ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
4ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado:

Local e data da realização do exame médico:

5ª Região, 14 de Setembro de 2018

Assinatura do médico – CRM





anexo



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A)
DO(A) 7A. VARA CIVEL DE JOÃO PESSOA - PB**


Processo de no. 0819658-72.2015.8.15.2001

JOSE ALEXANDRE SOBRINHO, devidamente qualificado(a), nos autos da **Ação de DPVAT**, sob o número **0819658-72.2015.8.15.2001**, por intermédio de seu advogado(a) e bastante procurador(a), vem mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, **REQUERER**:

Frente ao [laudo Pericial juntado pelo expert](#), resta apenas a parte autora solicitar a procedência da ação, para que o julgador **condene em parte a Seguradora a pagar de acordo com o valor da lesão atestada em sede de laudo pelo expert**, qual seja, [10% da Perda completa da mobilidade do cotovelo esquerdo, acrescido de correção monetária pelo INPC a partir da data do evento \(12/09/2010, em conformidade com a Súmula 43 e 580 do STJ, mais Juros de 1º ao mês da data da citação \(Súmula 426 do STJ\), e Honorários Sucumbenciais de R\\$ 2.000,00 \(Dois Mil Reais\) tendo em vista que a condenação recairá em parte mínima da ação, valor irrisório](#), podendo o juiz frente ao zelo e grau do advogado arbitrar honorários quando a condenação recair em parte mínima da ação (Art. 86,Cpc/2015), **determinando a seguradora arcar na totalidade com as custas processuais e honorários frente a condenação recair em parte mínima da ação.**

Termos em que pede deferimento.

João Pessoa, 21 de Novembro de 2018


LIDIANI MARTINS NUNES
OAB NO. 10244/PB





Poder Judiciário da Paraíba
7ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0819658-72.2015.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Intime-se para pagamento dos honorários do perito, no prazo de cinco dias.

JOÃO PESSOA, 24 de julho de 2019.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

0819658-72.2015.8.15.2001 [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

Intimo a parte através do advogado para comparecer a audiência de **conciliação Sala:**
conciliação Data: 29/10/2019 Hora: 14:00, a ser realizada na sala de audiência da 7ª Vara
Cível da Capital, atentando-se ao despacho ID **9157680**: "... Intimem-se as partes, devendo o
Advogado do autor comparecer acompanhado de seu constituinte.

João Pessoa-PB, em 18 de setembro de 2019

MARIA JANDIRA UGULINO NETA

Analista/Técnico Judiciário





Poder Judiciário da Paraíba

7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Nº do processo: 0819658-72.2015.8.15.2001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO (RÉU) - AUDIÊNCIA

O MM. Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que em cumprimento a este, cite a parte ré , através do seu representante legal MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000, do inteiro teor da petição inicial. Outrossim, cientifique-a que foi designada a audiência de conciliação à realizar-se no local supra mencionado, em Tipo: **Conciliação. Data: 29/10/2019 Hora: 14:00** .Conforme despachos ID **9157680**: "Nos termos do **Convênio n. 015/2014** celebrado entre o Tribunal de Justiça e a Mafre Seguros Gerais S/A, **determino a designação de audiência de conciliação entre as partes com a realização de perícia** a cargo da Seguradora, neste Juízo e Fórum Cível de João Pessoa.... Consigne-se que o não comparecimento injustificado das partes à audiência de conciliação é considerando ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revestida em favor da União ou Estado, nos moldes do art. 334, § 8º, do NCPC."

e ID 22970632: "Intime-se para pagamento dos honorários do perito, no prazo de cinco dias."

JOÃO PESSOA, em 18 de setembro de 2019.

De ordem, MARIA JANDIRA UGULINO NETA
Servidor

Número do documento: 15082812162176300000001883283



CERTIDÃO

Certifico que, citei e intimei a Mapfre, na pessoa de seu representante legal, conforme se ver a assinatura no mandado. Dou fé.

João pessoa, 10 de outubro de 2019

of. de justiça- 9210-6





Poder Judiciário da Paraíba
7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Nº do processo: 0819658-72.2015.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

29/10/19

MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO (RÉU) - AUDIÊNCIA

O MM. Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que em cumprimento a este, cite a parte ré, através do seu representante legal MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000, do inteiro teor da petição inicial. Outrossim, cientifique-a que foi designada a audiência de conciliação à realizar-se no local supra mencionado, em Tipo: **Conciliação**. **Data: 29/10/2019** **Hora: 14:00**. Conforme despachos ID 9157680: "Nos termos do **Convênio n. 015/2014** celebrado entre o Tribunal de Justiça e a Mafre Seguros Gerais S/A, **determino a designação de audiência de conciliação entre as partes com a realização de perícia** a cargo da Seguradora, neste Juízo e Fórum Cível de João Pessoa.... Consigne-se que o não comparecimento injustificado das partes à audiência de conciliação é considerando ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revestida em favor da União ou Estado, nos moldes do art. 334, § 8º, do NCPC."

e ID 22970632: "Intime-se para pagamento dos honorários do perito, no prazo de cinco dias."

JOÃO PESSOA, em 18 de setembro de 2019.

De ordem, MARIA JANDIRA UGULINO NETA
Servidor

Número do documento: 15082812162176300000001883283



Assinado eletronicamente por: MARIA JANDIRA UGULINO NETA
18/09/2019 18:20:33

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 24551476



MAPFRE SEGUROS
Lucas S. Espínola
Assistente Comercial

08/10/2019

imprimir

19091818203254100000023767399

